

ORÇAMENTO

Crise das emendas tira Arthur Lira do recesso

Presidente da Câmara visita Lula e pede explicações ao STF sobre decisão de Flávio Dino

» RAPHAEL PATI

O caso que envolve o repasse de emendas parlamentares ganhou um novo capítulo, na noite de ontem. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), enviará ainda na manhã de hoje uma petição para que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, relator de uma ação movida por PSol e Novo — que questionam uma possível manobra dele para liberar R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares — para que detalhe os motivos da suspensão dos repasses a estados e municípios.

“Esperamos que, com o fim do recesso natalino, os ministros que estão retornando possam esclarecer, junto a todos vocês, os procedimentos, como foram feitos e tratados, frutos daquela reunião que houve na segunda-feira com o presidente Lula, quando ele teve que fazer os exames (de saúde), e foi acertado todo o procedimento para a liberação orçamentária de 2024”, disse o presidente da Câmara. O recesso natalino no STF vai até 6 de janeiro.

A reunião mencionada por Lira com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu horas antes de o chefe do Executivo se submeter a uma operação para drenar um hematoma na cabeça. Segundo o presidente da Câmara, a liberação das emendas foi acordada nesse encontro, que contou com a presença de outras autoridades, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes partidários e ministros do governo.

Um dos pontos criticados pelo PSol e pelo Novo foi a suspensão do trabalho das comissões na última semana do ano legislativo e, conseqüentemente, a falta de discussão sobre o destino das emendas. Sobre isso, Lira justificou que seguiu o rito de outras votações expressivas, como a reforma tributária e a sua regulamentação, para suspender temporariamente os grupos temáticos.

“O que era mais importante nessa última semana? Era a gente tratar de emendas parlamentares

Reprodução/TV



Arthur Lira chegou a convocar uma reunião de líderes, mas foi chamado ao Alvorada pelo presidente Lula

ou das matérias que deram segurança jurídica para que os cortes de gastos fossem aprovados pela Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, pelo Senado Federal?”, questionou ele.

Lira se reuniu com Lula na tarde de ontem. O encontro foi marcado de última hora e o assunto da conversa não foi divulgado pela Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom). O presidente da Câmara havia marcado uma reunião com líderes partidários para tratar, primeiramente, sobre a distribuição de cargos da nova Mesa Diretora no ano que vem, mas fontes confirmaram que a pauta principal foi mesmo a questão dos recursos suspensos por Flávio Dino.

O impasse sobre a liberação das emendas parlamentares é um assunto debatido há quase um ano, desde quando o ministro Flávio Dino, ainda no início de 2023, suspendeu o pagamento de outras modalidades por falta

de transparência na distribuição dos valores. Somente no início deste mês o pagamento voltou a ser liberado, após a assinatura de um compromisso do Legislativo com o Executivo de seguir regras de transparência.

Na avaliação da especialista em Poder Legislativo da BMJ Consultores Associados Gabriela Santana, o encontro de ontem serviu para reforçar o apelo do Congresso em derrubar a suspensão das emendas e chegar a um acordo com o STF e o governo. Além disso, Santana acredita que o episódio reforça ainda mais o poder conquistado na gestão de Arthur Lira, que deve ser transferido para o seu possível sucessor nas próximas eleições parlamentares.

“Vale citar que o cancelamento das comissões desagradou alguns aliados de Lira, que ocupam presidências e mesas desses colegiados, que deveriam ser responsáveis pelo encaminhamento dos

pedidos (de verbas por meio de emendas)”, destaca.

Para o cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa André César, a presença constante de Hugo Motta (UB-PB) ao lado de Lira é fundamental para introduzir o principal nome à Presidência da Câmara no ano que vem nos assuntos que estão no radar do Legislativo. “É importante, mostra disposição ao diálogo para todos os lados. Não só aos aliados do Lira, mas, também, para o pessoal mais ligado à Esplanada, ao governo Lula”, destaca.

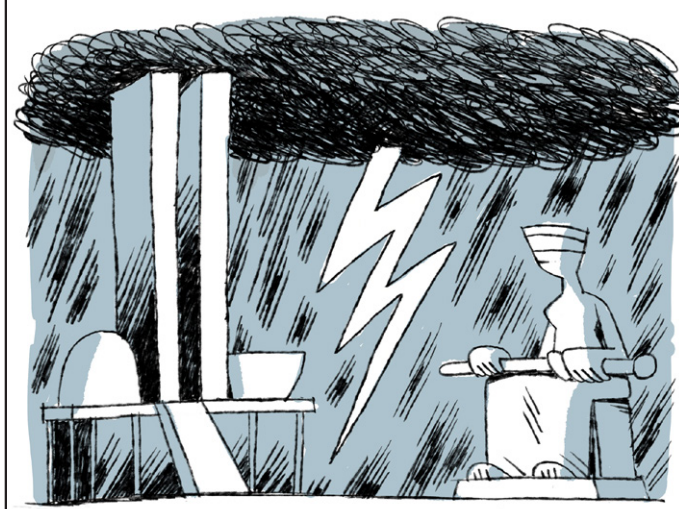
Sobre a postura que o governo deveria adotar neste momento, o cientista político Carlos Eduardo Novato compara a um “jogo de equilibrar pratos”, em que o Executivo não pode depositar todas as fichas em uma situação de impasse. “O governo precisa sinalizar ao Congresso que não parte dele os obstáculos impostos à execução das emendas.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lira semeou vento e pode colher tempestade

“Corro atrás do tempo! Vim de não sei onde! Devagar é que não se vai longe! Eu semeio o vento! Na minha cidade! Vou pra rua e bebo a tempestade”, diz o final de *Bom conselho*, de Chico Buarque, lançada em 1970, que se destaca pela ironia e a crítica ao senso comum, puro voluntarismo. Quando foi lançada, o contexto era o regime militar e a rebordosa do Ato Institucional Nº 5, que alimentou a frustração dos políticos tradicionais e a radicalização dos jovens que aderiram à luta armada.

O contexto é outro, mas tem gente na política semeando vento e que pode colher tempestade. É o caso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com a história das “emendas de comissão”, que foram transformadas em “emendas de líderes” numa canetada às vésperas do recesso. A manobra pretendia exumar o “orçamento secreto”, mas foi uma grande trapalhada jurídica, que somente serviu para lançar mais luz sobre o desvio de verbas do Orçamento da União por meio de licitações fraudulentas, superfaturamento de obras e serviços e uma derrama de dinheiro de caixa dois nas eleições, a ponto de ter flagrante de vereador jogando dinheiro pela janela.

Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentou mobilizar uma reunião presencial dos 17 líderes que o apoiaram na mágica feita para viabilizar a liberação de R\$ 4,2 milhões em emendas, às vésperas do recesso, sem atender às exigências constitucionais de transparência e rastreabilidade. O objetivo era pressionar o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que sustou a liberação das emendas e ainda determinou que a Polícia Federal instaurasse um inquérito sobre a portaria do governo que havia liberado os recursos. A reunião foi um fracasso, a maioria dos líderes não veio a Brasília. Caiu a ficha de que foram protagonistas de uma trapaça institucional.

A soberba dos envolvidos na manobra pôs tudo a perder. O deputado Rubens Pereira Junior (PT-MA) convenceu Arthur Lira de que Flávio Dino, seu aliado na política maranhense, aceitaria o engodo; nas negociações, deu a entender o tempo todo que estaria em sintonia com o ministro do Supremo, o que não era verdade.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), foi outro artífice da confusão: convenceu o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, de que uma simples portaria atenderia a solicitação dos líderes e o dinheiro seria liberado. Seguiu a receita do ex-deputado Arnaldo Faria de Sá (PP), falecido em 2022, que se notabilizou na defesa dos aposentados. Sua especialidade era fazer lobby para resolver suas demandas por meio de portarias. Dizia que era muito mais eficiente do que lutar pela aprovação de projetos de lei.

Deu errado

Rui Costa foi outro que deu um dribble a mais. Ao assumir as funções que caberiam ao vice-presidente Geraldo Alckmin, interinamente, durante o período em que o presidente Lula esteve fora de combate, por causa da cirurgia no crânio, apostou na solução simples para um problema muito complexo. Ao promover a assinatura da portaria, ainda envolveu os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) na trapalhada. Nas negociações de bastidor para aprovação do ajuste fiscal, Rui Costa teria prometido ao presidente da Câmara liberar R\$ 10 milhões em emendas para cada deputado que votasse a favor do projeto.

A primeira reação de Lira e dos líderes à decisão de Flávio Dino de sustar o pagamento de R\$ 4,2 bilhões em emendas foi promover uma rebelião na Câmara contra o Supremo, com a ameaça de aprovação de uma emenda à Constituição que reduzisse a competência dos ministros da Corte para a tomada de decisões monocráticas. A valentia durou até a Polícia Federal (PF) abrir o inquérito para investigar as razões da portaria, já tendo grande volume de informações sobre os casos de desvios de verbas federais a partir dessas emendas.

Sabia-se que mais de dez deputados estão sendo investigados em sigilo de Justiça, mas, ontem, nos bastidores do colégio de líderes, comentava-se que o número pode ultrapassar as três dezenas de parlamentares. Caso isso se confirme, será um escândalo muito maior do que os que o antecederam em matéria de Orçamento.

Os mais notórios foram os anos do Orçamento (1993-1994), metidos em um esquema no qual parlamentares manipulavam emendas para beneficiar entidades fantasmas; Sanguessugas (2006), com a compra de ambulâncias superfaturadas em conluio com empresas fornecedoras do Ministério da Saúde; Operação João de Barro (2008), sobre desvios de verbas destinadas a estradas e casas populares; e o orçamento secreto (2020-2022), a distribuição de recursos sem transparência.

O fantasma que ronda a Câmara é a Operação Overclean, que apura o desvio de R\$ 1,4 bilhão de recursos por meio de licitações e contratos fraudulentos. As operações policiais realizadas em Brasília e nas cidades baianas de Salvador, Lauro de Freitas e Vitória da Conquista, às vésperas do Natal, são a ponta de um iceberg, cujas ramificações podem chegar ao Norte do país.

Em tempo: a coluna entra em breve recesso, feliz ano novo.

Generais passarão reveillon na cadeia

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter as prisões dos generais Walter Braga Netto e Mário Fernandes, que foram presos preventivamente na semana passada. A decisão rejeita pedidos apresentados pelas defesas de ambos os acusados. A decisão que manteve a prisão de Braga Netto é do dia 24 de dezembro e a de Mário Fernandes foi tomada ontem. Eles estão presos no âmbito da investigação que apura tentativa de golpe de Estado. O caso é investigado em inquérito que corre no Supremo.

Braga Netto é acusado de ter tentado ter acesso a delação do tenente-coronel Mauro Cid. As informações prestadas por Cid, que firmou acordo de delação premiada com a Corte, está em segredo de Justiça. Moraes aponta que Braga Netto teria tentado obstruir o trabalho de investigação.

Em nota, o advogado José Luis Oliveira, que defende Braga Netto, afirmou que a decisão do magistrado “era previsível”. “A decisão do ministro de manter a custódia do general era previsível, apesar de a defesa entender que não há absolutamente nenhuma prova que justifique a sua prisão. Vamos aguardar o julgamento do agravo pela Turma”, disse.

Moraes acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) de que, fora

IsaacNóbrega/PR.



Braga Netto está preso na 1ª Divisão do Exército, no Rio de Janeiro

da cadeia, os militares poderiam prejudicar o andamento das investigações sobre a tentativa de golpe.

Em novembro, Braga Netto, o ex-presidente Jair Bolsonaro, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o general Augusto Heleno e outras 36 pessoas foram indiciados pela Polícia Federal por envolvimento direto ou indireto na trama golpista. O inquérito está em poder da Procuradoria-Geral da República (PGR), que avalia se oferece ou não denúncia contra os investigados. A previsão é de que a denúncia seja oferecida em fevereiro, com a

volta do Judiciário, que entra em recesso nesta semana.

As diligências apontam a existência de um plano para matar Lula, o ministro Alexandre de Moraes e o vice-presidente, Geraldo Alckmin. O plano teria sido abortado em cima da hora por questões logísticas. Mas as informações sobre a tentativa foram encontradas nos celulares dos suspeitos, em mensagens que foram recuperadas pela polícia.

Visitas questionadas

O ministro Alexandre de Moraes deu prazo de 48 horas para



A decisão do ministro de manter a custódia do general era previsível, apesar de a defesa entender que não há absolutamente nenhuma prova que justifique a sua prisão”

José Luiz Oliveira,
advogado de Braga Netto

que o Exército esclareça as razões pelas quais militares presos por participação em atos golpistas estão recebendo visitas diárias sem autorização judicial. A medida foi tomada após denúncias de que os generais da reserva Mário Fernandes e os tenentes-coronéis Rodrigo Bezerra Azevedo e Hélio Ferreira Lima estariam tendo visitas diariamente, contrariando o regulamento militar. Os militares foram presos no Rio de Janeiro no mês passado e transferidos para Brasília, onde cumprem prisão preventiva nas instalações do Comando Militar do Planalto (CMP).